



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados(as) Acionistas e Clientes,

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco BS2 S.A. (Banco), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Mesmo diante de um ano desafiador, com incertezas vindas de várias frentes, o Banco BS2 e suas controladas mantiveram seus investimentos na sua estratégia digital, com foco redirecionado para o público de pessoas jurídicas (P.J.). Iniciamos um movimento de saída do mercado de produtos físicos, com direcionamento de nossos clientes para outra plataforma focada neste público, enquanto reforçamos nossa atuação nos segmentos de câmbio e meios de pagamento. No que tange a crédito, adquirimos uma nova plataforma de concessão de crédito digital – Weel, que nos permitirá alcançar nossa carteira em outros produtos importantes para nosso crescimento e evolução enquanto banco P.J. Nas operações de câmbio, notadamente nas remessas internacionais, atingimos um montante de R\$ 10,1 bilhões, crescimento de 44% em relação aos R\$ 7,0 bilhões de 2020 e resultado 13% superior ao exercício de 2020.

No segmento de meios de pagamento, através da nossa subsidiária Adiq, processamos R\$ 80,0 bilhões em operações de cartões de crédito e de débito em 2021, representando um robusto crescimento de 39%. Nossa carteira de crédito total – atualmente concentrada na antecipação de recebíveis de cartões, e em menor escala nos créditos a pequenas e médias empresas e diretos creditórios – atingiu R\$ 3,2 bilhões, ante R\$ 4,1 bilhões em 31 de dezembro de 2020. Tal queda se justifica pelo fato da Adiq ter iniciado suas operações de antecipações de recebíveis com funding próprio, o que trouxe para a companhia maior eficiência e lucratividade. A captação fechou no total de R\$ 4,2 bilhões, ante R\$ 4,5 bilhões em 31 de dezembro de 2020, melhor ajustada às necessidades atuais do Banco. O resultado consolidado do exercício foi de lucro líquido de R\$ 41,1 milhões contra um prejuízo de R\$ 27,9 milhões no exercício de 2020. O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 624,6 milhões contra R\$ 519,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, composto pelo resultado do período e pelos aportes de capital realizados em abril e dezembro de 2021, de R\$ 52,1 milhões e R\$ 56,5 milhões, respectivamente, pelos acionistas, sendo este último por meio de investidores internacionais, reforçando nossa capacidade de

capitalização e compromisso com a execução da estratégia de crescimento do BS2. Destacamos também o importante movimento iniciado em 2020 de integração da sustentabilidade como elemento direcionador dos negócios nas empresas BS2, seguindo os melhores práticas de ESG – governança social e ambiental. A partir da adesão ao Pacto Global da ONU, em julho de 2020, o BS2 iniciou uma agenda institucional de sustentabilidade com ações que o colocam de forma estruturada como promotor do crescimento sustentável. Desdobramentos desta iniciativa poderão ser acompanhados integralmente no Relatório Anual ESG que será publicado pelo Banco. Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e colaboradores pela confiança e parceria.

Belo Horizonte, 30 de março de 2022.

A Administração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional
O Banco BS2 S.A. ("Banco") é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas carteiras comercial, de câmbio, de crédito, financiamento e investimento, com operações nos segmentos de serviços bancários digitais, crédito para empresas, créditos creditórios, mercado de câmbio e de valores mobiliários, atuando como credenciador na liquidação financeira de operações com cartões de débito e de crédito. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O Banco tem como principal fonte de recursos o lançamento de certificados de depósitos bancários no mercado e o lançamento de letras financeiras subordinadas. O Banco, controlado diretamente pela Banesul Holding Financeira S.A., é a instituição líder das instituições financeiras de propósitoósito constituída e domiciliada no Brasil, sediada na Avenida Raja Gabaglia, 1.143 - 15º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte – MG.

2 Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras do Banco BS2 S.A., que inclui sua dependência no exterior (Banco) e as demonstrações de Cartões de Crédito e Débito em 2021, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do Documento do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na forma de sua prática contábil.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular BCen nº 359/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as demonstrações financeiras a partir de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes, a apresentação da demonstração do resultado abrangente e a apresentação do balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

Em 27 de maio de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.911 que passará a vigorar em 1º de janeiro de 2022 e propõem alterações nos documentos e divulgações a serem realizados.

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras, bem como para a evidenciação do reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que o BS2, junto ao mercado e o Banco Central, já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados.

A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, a Resolução que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2022, já é objeto de avaliação e análises por parte do BS2 para ponderação sobre seus impactos e dos procedimentos a serem estabelecidos.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025. O BS2 iniciou as avaliações de impacto e alterações que serão devidas para adequação aos requerimentos da resolução.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas indicadas na nota 3(p). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de conversão contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Desta forma, a instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN, até o presente momento: Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; Resolução CMN nº 3.629/08 – CPC 05 (R1) – Divulgação sobre transações relacionadas; Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 – Evento subsequente; Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações; Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento conceitual básico (R1); Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 – Mensuração do valor justo

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer a adoção de estimativas por parte da Administração. Os principais efeitos de tais estimativas incluem: as estimativas incluem: os valores de ativos e passivos no balanço, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras, na reunião realizada em 23 de março de 2022.

3 Resumo das principais políticas contábeis
(a) Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuída de imposto de renda e contribuição social, exceto quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação
A Resolução CMN nº 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior.

• Dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais;

• Dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional, e

• Das operações com finalidade de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.

Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera. A moeda funcional do Banco é o Real e as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais e estão sujeitas a arredondamentos para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os saldos das demonstrações financeiras da dependência no exterior do Banco, moeda funcional, são convertidos para o Real utilizando a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil, como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

(c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de alteração de valor. O prazo de vencimento dos títulos é inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base *pro rata*, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

(e) Títulos e valores mobiliários
De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados oportunamente no mercado, os quais são avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento.
- (ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos no resultado do período e as perdas decorrentes das variações de valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste a valor de mercado - TVM", líquidos dos correspondentes efeitos tributários.
- Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem títulos e valores mobiliários que o Banco possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.
- Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões comerciais não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

(f) Instrumentos financeiros derivativos
De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendem aos critérios estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do período.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge são classificadas como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.082/02. Os instrumentos financeiros utilizados em hedge são registrados em uma conta específica do patrimônio líquido, observando o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria hedge de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e
- Para aqueles classificados na categoria hedge de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

(g) Operações de crédito, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, cessão de crédito e precatórios
Demonstrados por valores contábeis ou calculáveis, incluindo os rendimentos auferidos, em base *pro rata*, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas liquidadas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma *pro rata* ao resultado.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, consistindo em provisões para perdas decorrentes do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

- (iii) A partir de janeiro de 2012, com a entrada em vigor da Resolução nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, o Banco passou a classificar as operações de venda de ativos financeiros considerando a transferência ou retenção de riscos e benefícios, adotando os seguintes procedimentos:
 - Nas operações classificadas como "transferência substancial dos riscos e benefícios" o ativo financeiro é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.
 - Nas operações classificadas na categoria "com retenção substancial de riscos e benefícios" o ativo financeiro deve permanecer na sua totalidade, registrado no ativo e os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tanto como contrapartida passiva referente à obrigação assumida. As receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.
 - (iv) Precatórios são requisições de pagamentos expedidos pelo Poder Judiciário para cobrar de municípios, estados ou União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. Os precatórios próprios e as beneficiárias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa, são pagamentos de cada ente devedor. Em paralelo, o ativo é alvo de análise que contempla sobretudo questões processuais e avaliação de risco do cedente.
 - A precificação dos precatórios contempla a previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação. Eventualmente, o fluxo poderá ser distinto da previsão, em decorrência da consolidação das metas orçamentárias dos entes devedores.
 - O valor presente contábil é calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa ao prazo e deságio, bem como dos índices de atualização monetária e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso.
 - (v) Demais ativos circulares e não circulares

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(h) Permanente
Investimentos – Os investimentos em sociedades controladas e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme detalhado na nota 12.

(i) Imobilizado de uso – Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535, de 24/11/2016, correspondem aos bens tangíveis próprios e as beneficiárias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e são reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e imposto não recuperáveis sobre a compra, os custos diretos atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil do ativo. O valor depreciável corresponde a diferença entre o valor de custo de um ativo e o valor residual estimado que a instituição obterá com sua venda, após deduzir as despesas estimadas de venda.

(j) Intangível – Conforme Resolução CMN nº 4.534, de 24/11/2016, correspondem aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Na Instituição, o Intangível é composto por softwares adquiridos registrados ao custo e sua amortização é feita de acordo com a vida útil estimada da tecnologia utilizada. O valor presente contábil é calculado com base no preço de aquisição, acrescido do valor amortizável ao longo de sua vida útil estimada.

(k) Valor de recuperação de ativos não financeiros
Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por *impairment* no resultado. Anualmente é feita uma avaliação para verificar a existência de *impairment*. Nos exercícios de 2021 e 2020 não foram identificados indícios de *impairment*.

(l) Passivos circulares e não circulares
Demonstrados por valores contábeis ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base *pro rata*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(m) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e a de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as beneficiárias realizadas em imóveis de terceiros, é majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

O imposto de renda contábil é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos próprios e as beneficiárias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados na realização do ativo é a liquidação do passivo.

(n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos na deliberação CVM nº 594/00, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro crédito.

Ativo	Nota	Banco		Consolidado		Passivo	Nota	Banco		Consolidado		
		2021	2020	2021	2020			2021	2020			
Caixa e equivalentes de caixa	4	314.692	812.309	314.760	822.266	Passivos financeiros	15	4.827.541	6.192.909	12.754.478	11.155.092	
Disponibilidades		144.701	97.317	144.769	107.274	Depósitos		4.076.419	5.621.935	3.906.151	4.210.601	
Aplicações interfinanceiras de liquidez		169.991	714.992	169.991	714.992	Depósitos à vista		846.242	542.126	786.092	330.349	
Instrumentos financeiros		4.717.277	5.558.371	12.727.431	10.551.285	Depósitos interfinanceiros		165.071	174.208	165.071	174.208	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	34.373	55.610	34.373	55.610	Depósitos a prazo		3.053.307	4.837.126	2.925.291	3.637.569	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	1.529.160	1.137.494	1.706.058	1.286.322	Outros depósitos		11.799	68.475	29.697	68.475	
Relações interfinanceiras	7	2.153.848	3.561.134	9.888.413	8.339.845	Captações no mercado aberto		22.378	4.733	22.378	4.733	
Carteira de crédito	8	855.386	836.185	851.016	628.549	Recursos de aceites e emissão de títulos	16	114.301	137.561	114.301	137.561	
Operações de crédito		532.143	404.066	527.773	398.430	Relações interfinanceiras	7	7.940	9.185	7.940	9.185	
Outros créditos com características de concessão de crédito		338.637	246.002	338.637	246.002	Relações interdependências		195.968	106.785	195.968	106.785	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(15.394)	(13.863)	(15.394)	(13.863)	Instrumentos financeiros derivativos		177	43	177	43	
Outros ativos financeiros	9	144.510	167.948	247.571	240.959	Dívidas e letras financeiras subordinadas	17	192.895	156.755	192.895	156.755	
Outros ativos	10	35.256	35.865	36.065	37.332	Outros passivos financeiros	18	20.871	20.055	24.667	20.055	
Ativos fiscais correntes e diferidos	11	187.262	181.880	237.441	185.880	Provisões		8.759	7.987	22.560	12.820	
Ativos fiscais correntes		51.598	41.851	76.115	51.247	Obrigações fiscais correntes e diferidas		8.241	6.980	22.164	11.654	
Ativos fiscais diferidos		135.664	119.829	161.326	134.633	Obrigações fiscais correntes		8.241	6.980	22.164	11.654	
Investimentos		188.406	89.731	3.120	2.876	Obrigações fiscais diferidas		338	1.077	396	1.160	
Investimentos em participações em coligadas e controladas	12	185.944	87.536	3.120	2.876	Total do passivo		4.856.991	6.220.951	12.801.705	11.187.967	
Outros investimentos		2.462	2.195	2.462	2.195	Patrimônio líquido dos acionistas controladores		624.591	519.700	624.591	519.700	
Imobilizado	13	22.514	56.059	88.830	61.089	Capital social	20(a)	617.155	508.621	617.155	508.621	
Imobilizado de uso		37.688	72.185	109.038	81.535	Reserva de capital		2.448	1.971	2.448	1.971	
(Depreciação acumulada)		(15.174)	(16.126)	(20.208)	(20.446)	Reservas de lucros	20(b)	21.866	9.033	21.866	9.033	
Intangível	14	16.175	26.636	115.620	55.645	Outros resultados abrangentes		(16.878)	(5)	(16.878)	(5)	
Ativos intangíveis		47.400	49.289	61.230	85.117	Participações de acionistas não controladores					96.971	8.706
(Amortização acumulada)		(31.225)	(22.653)	(45.610)	(29.472)	Total do patrimônio líquido		624.591	519.700	721.562	528.406	
Total do ativo		5.481.582	6.740.651	13.523.267	11.716.373	Total do passivo e patrimônio líquido		5.481.582	6.740.651	13.523.267	11.716.373	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2021 - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receitas da intermediação financeira	Nota	Banco		Consolidado		Receitas da intermediação financeira	Nota	Banco		Consolidado	
		2º semestre	2021	2020	2020			2º semestre	2021	2020	2020
Receitas da intermediação financeira		237.676	404.956	450.400	450.400	Receitas da intermediação financeira		100.793	247.407	444.923	444.923
Resultado da carteira de crédito	21	72.238	128.351	129.228	129.228	Resultado da carteira de crédito	19	71.990	127.879	128.826	128.826
Resultado com aplicações interfinanceiras	22	22.812	30.948	19.844	19.844	Resultado com aplicações interfinanceiras	20	22.812	30.948	19.844	19.844
Resultado com títulos e valores mobiliários	23	39.563	62.123	26.502	26.502	Resultado com títulos e valores mobiliários	21	45.456	70.907	30.237	30.237
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		16.892	20.707	104.138	104.138	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	20	16.873	20.513	110.511	110.511
Resultado com operações de câmbio		74.171	147.627	126.870	126.870	Resultado com operações de câmbio	21	71.773	148.460	131.905	131.905
Resultado com operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	24	15.000	15.000	43.819	43.819	Resultado com operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	22	(128.111)	(151.300)	33.790	33.790
Despesas da intermediação financeira		(181.339)	(321.748)	(295.200)	(295.200)	Despesas da intermediação financeira		(168.938)	(285.872)	(287.683)	(287.683)
Operações de captação no mercado	25	(181.334)	(316.704)	(288.064)	(288.064)	Operações de captação no mercado	23	(168.933)	(280.828)	(280.727)	(280.727)
Operações empréstimos e repasses		(5)	(5.044)	(6.956)	(6.956)	Operações empréstimos e repasses		(5)	(5.044)	(6.956)	(6.956)
Resultado da Intermediação Financeira		56.337	83.208	155.380	155.380	Resultado da Intermediação Financeira		(68.145)	(38.465)	157.240	157.240
Resultado de créditos de liquidação duvidosa		(3.002)	(2.829)	(5.038)	(5.038)	Resultado de créditos de liquidação duvidosa		(3.002)	(2.829)	(5.038)	(5.038)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(3.798)	(6.372)	(7.636)	(7.636)	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(3.798)	(6.372)	(7.236)	(7.236)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo											



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021 - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações civis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, seja ou não essas contingências prováveis; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Orientações legais – fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(i) Eventos Subsequentes
Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

(j) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
A Resolução BC nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente o resultado que:
• Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
• Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota 35(e).

(k) Consolidação
As demonstrações financeiras consolidadas do Banco BS2 S.A. contemplam sua dependência no exterior e as operações de suas controladas. Foram eliminadas as participações de uma entidade em outra, os saldos de contas e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controlados.

(l) Controladas
As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir. As empresas consolidadas e as suas participações, diretas e indiretas, estão demonstradas a seguir:

Empresa	Atividade	2021		
		Participação direta	Participação indireta	Participação consolidado
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	89,79%	10,14%	99,93%
Adiq Instituição de Pagamento S.A.	Instituição de pagamento	39,21%	2,70%	41,91%
DT Participações S.A.	Participação societária em Instituições Financeiras	92,24%		92,24%
AD Participações S.A.	Participação societária em Instituições de pagamento			
Previmax Previdência e Seguradora S.A.	Previdência privada e seguradora autorizada a funcionar pela SUSEP	99,80%		99,80%
BLU Tecnologia Ltda.	Serviços de tecnologia	99,90%		99,90%
BLU Instituição de Pagamento e Tecnologia Digital S.A.	Instituição de pagamento e serviços de tecnologia		98,88%	98,88%
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	Administradora de fundos e investimentos		99,98%	99,98%
BLU Participações S.A.	Participação societária não-financeiras	74,99%		74,99%
BS2P Participações Ltda.	Participação societária não-financeiras		98,00%	98,00%
Adiplus Instituição de Pagamento Ltda.	Instituição de pagamento e serviços de tecnologia		99,99%	99,99%

Empresa	Atividade	2020		
		Participação direta	Participação indireta	Participação consolidado
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	83,18%	16,70%	99,88%
Adiq Soluções de Pagamento S.A.	Instituição de pagamento	77,40%	2,70%	80,10%
DT Participações S.A.	Participação societária em Instituições Financeiras	87,80%		87,80%
AD Participações S.A.	Participação societária em Instituições de pagamento	99,52%		99,52%
Previmax Previdência e Seguradora S.A.	Previdência privada e seguradora autorizada a funcionar pela SUSEP	99,80%		99,80%
BS2 Tecnologia Ltda.	Serviços de tecnologia	99,90%		99,90%
BLU Pagamentos e Tecnologia Digital Ltda.	Serviços de tecnologia	14,75%	84,00%	98,75%
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	Administradora de fundos e investimentos	6,71%	99,99%	99,98%
BLU Participações Ltda.	Participação societária não-financeiras	81,82%		81,82%
BS2P Participações Ltda.	Participação societária não-financeiras	98,00%		98,00%
Adiplus Facilitadora de Pagamentos Ltda.	Serviços de tecnologia		99,99%	99,99%

(ii) Informações da dependência no exterior:
A dependência do Banco em Cayman Island é licenciada pela lei de bancos e companhias fiduciárias, devidamente registrada. A dependência está devidamente autorizada a executar negócios bancários e atua, substancialmente, na captação de depósitos à vista por remessas de clientes brasileiros que, por sua vez, podem utilizar seus depósitos por meio de cartão de débito internacional.
A posição financeira resumida da dependência no exterior, convertida à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluída nas demonstrações financeiras é demonstrada abaixo (sem eliminação das transações com ligadas):

Ativo	R\$		US\$	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa - Disponibilidades	154.270	60.894	27.645	11.718
Instrumentos financeiros	57.099	5.020	10.232	966
Carteira de crédito	97.171	55.874	17.413	10.752
Outros ativos financeiros	95.493	55.649	17.112	10.709
Passivo	154.270	60.894	27.645	11.718
Passivos financeiros	153.868	59.993	27.573	11.545
Depósitos à vista	145.546	50.468	26.081	9.172
Relações interdependências	3.803	2.813	682	54
Outros passivos financeiros	4.519	6.712	810	1.292
Patrimônio líquido	402	901	72	173
Resultado líquido dos exercícios	(3.262)	377	(651)	73

4 Caixa e equivalentes de caixa
O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Disponibilidade em moeda nacional	81.481	32.000	81.548	35.023
Disponibilidade em moeda estrangeira	63.220	65.317	63.220	72.251
Total de disponibilidades	144.701	97.317	144.769	107.274
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	169.991	714.992	169.991	714.992
Total	314.692	812.309	314.760	822.266

(*) Aplicações interfinanceiras de liquidez inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentem insignificante risco de valor e limites, conforme descrito na nota 3(c).

5 Aplicações em depósitos interfinanceiros

	Banco e Consolidado	
	2021	2020
CDI Bancob	25.432	25.432
CDI Banco ABC	34.373	30.178
Total	34.373	55.610
Circulante		25.432
Não circulante	34.373	30.178

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Livres	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Letras Financeiras do Tesouro	763.387	555.865	771.501	592.183
Notas do Tesouro Nacional	220.113		220.113	
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	43.814	47.479	43.814	47.479
Cotas de fundos de investimentos	94.321	103.494	107.924	117.821
Ações de companhias fechadas	9.040	9.040	9.040	9.040
Vinculado a operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro	22.424	4.734	22.424	4.734
Vinculado ao Banco Central				
Letras Financeiras do Tesouro			50.287	50.287
Vinculado a prestação de garantias				
Letras Financeiras do Tesouro	385.020	375.635	540.201	473.818
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)	(9.040)	(9.040)	(9.040)
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.529.079	1.137.494	1.705.977	1.286.322
Instrumentos financeiros derivativos				
Total	81	81	81	81
Circulante	872.559	1.137.494	1.049.458	1.286.322
Não circulante	656.601	656.601	656.601	656.601

As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas pelo valor das cotas informadas pelos administradores, as quais refletem a marcação a mercado das carteiras dos fundos, conforme regras da CVM.

Para a aplicação em ações de companhias fechadas, o saldo de provisão para perda em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 9.040 (R\$ 9.040 em 2020).
Os títulos públicos federais foram marcados a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Os títulos classificados como mantidos para negociação são apresentados no circulante, independentemente do vencimento.

(a) Classificação dos títulos e valores mobiliários

	Banco						
	2021						
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no resultado	Patrimônio Líquido	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses
Títulos para negociação	680.618	899	881.516	103.361	337.914	337.914	212.003
Cotas de fundos de investimentos	94.321		94.321	94.321			409.033
Ações de companhias fechadas	9.040		9,040	9,040			31.210
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	43.096	718	43.814				12.604
Letras Financeiras do Tesouro	734.162	181	734.343				220.113
Títulos disponíveis para venda	688.257	(1.080)	(30.576)	656.601		337.914	656.601
Notas do Tesouro Nacional	250.689		220.113				436.488
Letras Financeiras do Tesouro (*)	437.568	(1.080)	436.488				
Debêntures	1.568.876	(181)	(30.576)	1.538.119	103.361	337.914	409.033
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.568.876	(181)	(30.576)	1.538.119	103.361	337.914	409.033
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)		(9,040)				687.811
Total de títulos e valores mobiliários	1.559.836	(181)	(30.576)	1.529.079	94.321	337.914	409.033

	Consolidado						
	2021						
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no resultado	Patrimônio Líquido	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses
Títulos para negociação	1.059.333	623	1.059.956	116.965	337.914	337.914	453.915
Cotas de fundos de investimentos	107.925		107,925	107,925			151.162
Ações de companhias fechadas	9.040		9,040	9,040			31.210
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	43.096	718	43.814				12.604
Letras Financeiras do Tesouro	899.272	(95)	899.177		337.914		441.311
Títulos disponíveis para venda	688.257	(1.080)	(30.576)	656.601		337.914	656.601
Notas do Tesouro Nacional	250.689		220.113				220.113
Letras Financeiras do Tesouro (*)	437.568	(1.080)	436.488				436.488
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.747.590	(457)	(30.576)	1.716.557	116.965	337.914	453.915
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)		(9,040)				807.763
Provisão para IRF/IOF	(1.540)		(1,540)				(444)
Total de títulos e valores mobiliários	1.737.010	(457)	(30.576)	1.705.977	107.925	337.914	453.471

(*) Em 31 de dezembro de 2021 parte dos títulos públicos federais foram reclassificados da categoria "títulos para negociação" para a categoria "títulos disponíveis para venda" no montante de R\$ 436.488. Não houve efeito no resultado.

	Banco						
	2020						
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no resultado	Patrimônio Líquido	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 1 a 3 anos
Títulos para negociação	1.146.080	454	1.146.534	112.534	198.386	198.386	486.642
Cotas de fundos de investimentos	103.494		103,494	103,494			500.056
Ações de companhias fechadas	9.040		9,040	9,040			335.558
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	45.223	2.256	47.479				13.414
Letras Financeiras do Tesouro	988.323	(1.802)	986.521		198.386		486.642
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.146.080	454	1.146.534	112.534	198.386	198.386	500.056
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)		(9,040)				335.558
Total de títulos e valores mobiliários	1.137.040	454	1.137.494	103.494	198.386	198.386	500.056

	Consolidado						
	2020						
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no resultado	Patrimônio Líquido	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 1 a 3 anos
Títulos para negociação	1.295.394	(32)	1.295.362	126.861	208.781	208.781	544.058
Cotas de fundos de investimentos	117.821		117,821	117,821			415.662
Ações de companhias fechadas	9.040		9,040	9,040			34.065
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	45.223	2.256	47.479				13.414
Letras Financeiras do Tesouro	1.123.310	(2.288)	1.121.022		208.781		530.644
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.295.394	(32)	1.295.362	126.861	208.781	208.781	544.058
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)		(9,040)				415.662
Total de títulos e valores mobiliários	1.286.354	(32)	1.286.322	117.821	208.781	208.781	544.058

(b) Instrumentos financeiros derivativos
O Banco e Consolidado participam de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descaçamento de prazos e volumes financeiros possíveis.

Eventualmente, quando identificadas oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora, o Banco e Consolidado efetuam operações com instrumentos derivativos objetivando a obtenção de ganhos.

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco e Consolidado possuíam contratos de derivativos envolvendo operações de futuros e termos, os quais estão registrados na B3 S.A., as operações com swap foram liquidadas em novembro de 2020 pela liquidação da dívida subordinada.

	Banco e Consolidado	
	2021	2020
Ativo - a receber	81	81
Vendas a termo a receber		
Total a receber	81	81
Passivo - a pagar	177	43
Obrigações por compra a termo		
Obrigações por venda a termo	177	43
Total a pagar	177	43
Valor líquido	(96)	(43)

(i) Termo
Em 31 de dezembro de 2021, o Banco e o Consolidado possuem posições de vendas a termos a receber – Ativo de moeda estrangeira de R\$ 81 (Obrigações por venda a termo – Passivo de R\$ 43 em 2020) com um valor de referência de R\$ 24.224 (R\$ 8.188 em 2020). Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição ativa de moedas estrangeiras.

(ii) Futuros
Em 31 de dezembro de 2021, o Banco e Consolidado, realizaram operações no mercado futuro para mitigar a exposição das operações de câmbio indexadas a moeda estrangeira. Estas operações geraram um resultado líquido positivo para o Banco de R\$ 22.687 (resultado líquido negativo de R\$ 16.406 em 2020) e um resultado líquido positivo para o Consolidado de R\$ 22.473 (resultado líquido negativo de R\$ 3.031 em 2020).

7 Relações interfinanceiras

Ativo	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Transações de pagamento (*)	2.085.856	3.470.239	9.820.421	8.248.951
Depósitos Banco Central - Outros	56.244	83.521	56.244	83.520
Depósitos Banco Central - Reservas Compulsórias	11.500	6.733	11.500	6.733
Relações com Correspondentes	248	641	248	641
Total - Circulante	2.153.848	3.561.134	9.888.413	8.339.845
Passivo				
Transações de pagamento	7.940	9.185	7.940	9.185
Total - Circulante	7			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021 - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Investimentos em participações em coligadas e controladas
(a) Informações das controladas diretas e indiretas e coligadas

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do investimento	2021	
						Resultado da equivalência patrimonial no exercício	Resultado da equivalência patrimonial no exercício
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	13.094.460	99,80	22.025	(437)	21.980	21.980	418
BS2 Tecnologia Ltda.	15.984.000	99,90	71.668	(4.518)	71.596	71.596	345
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A.	369.750			(900)			874
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	44.286.882	89,79	31.387	(8.638)	28.182	28.182	510
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	9.000.000	39,21	156.171	62.418	61.233	36.995	822
AD Participações S.A.	1.299.760			1.662			551
DT Participações S.A.	8.463.020	92,24	3.201	(1.350)	2.953	(1.223)	483
BLU Participações S.A.	1.810.422			(777)		(357)	830
Butiã Participações S.A.							837
BS2P Participações Ltda.	980	98,00					706
Total					185.944	24.286	1.193

BS2 Asset – Em dezembro de 2020, foi realizada alteração contratual na empresa BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda., onde a BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. adquire quotas passando a participar com 99,998% no capital social. Em maio de 2020 o Banco alienou suas quotas de participação da BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. para sua controlada BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

BS2 Tecnologia – Em junho de 2021, foi realizada a alteração contratual deliberando o aumento de capital social da empresa BS2 Tecnologia Ltda. para R\$ 16.000 após o aporte de R\$ 15.000, representado pela emissão de 15.000.000 de quotas de capital, nominativas, subscritas e integralizadas em valor corrente. Em julho de 2021 foi realizada a alteração contratual deliberando o aumento de capital social da empresa BS2 Tecnologia Ltda. para R\$ 71.000 após o aporte de R\$ 55.000, representado pela emissão de 55.000 de quotas de capital, nominativas, subscritas e integralizadas em valor corrente.

BLU Pay – Em setembro de 2020, foi realizada a alteração contratual da empresa BLU Tecnologia Digital Ltda., tendo a denominação alterada para BLU Pagamentos e Tecnologia Ltda., incluindo no objeto social para atuar como instituição de pagamento, deliberando também o aumento de capital social para R\$ 2.500, realizado através da integralização de R\$ 1.500 pelos sócios proporcional a sua participação. Em agosto de 2021 o Banco BS2 alienou suas quotas de capital social para sua controlada BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., também em agosto de 2021 ocorreu a transformação da BLU Pay, do tipo "Sociedade Limitada", para "Sociedade por Ações". Em setembro de 2021 foi aprovado o aumento de capital para R\$ 2.778 após o aporte de R\$ 278 através da emissão de 278 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal subscritas e integralizadas em valor corrente.

BS2 DTVM – Em junho de 2021, foi realizado o aumento do capital social da empresa BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para R\$ 45.000, após o aporte de R\$ 2.000, representado pela emissão de 3.846.156 novas ações ordinárias e 770.891 novas ações preferenciais, todas nominativas, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, pelos acionistas. Em junho de 2020, foi realizado o aumento do capital social da empresa BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para R\$ 43.000, após o aporte de R\$ 10.000, representado pela emissão de 16.393.443 novas ações ordinárias, todas nominativas, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, pelos acionistas.

Adiq – Em maio de 2021, foi realizada a AGE da Adiq, tendo a denominação alterada para Adiq Instituição de Pagamento S.A.. Em julho de 2021, foi realizado o aumento de capital social para R\$ 81.627 através do aporte de R\$ 70.000 representado pela emissão de 11.327 ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal.

AD Participações – Em outubro de 2020 foi realizada a AGE deliberando o aumento de capital social da empresa AD Participações S.A. para R\$ 1.306 após o aporte de R\$ 50, representado pela emissão de 50.000 ações ordinárias, nominativas, subscritas e integralizadas em valor corrente. Em julho de 2020 foi realizada a transformação da AD Participações Ltda. em sociedade por ações, passando a denominar AD Participações S.A. Em julho de 2021 foi realizado o aumento de capital social para R\$ 3.196, após o aporte de R\$ 1.890, representado pela emissão de 829.115 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, pela única acionista, o Banco BS2 alienou suas quotas do capital social para a Bonussess Holding Financeira S.A. deixando assim de participar na AD Participações.

DT Participações – Em junho de 2021, foi realizada a AGE deliberando o aumento de capital social da empresa DT Participações S.A. para R\$ 8.635 após o aporte de R\$ 375, representado pela emissão de 914.635 ações ordinárias, nominativas, subscritas e integralizadas em valor corrente pelos acionistas aumentando assim a participação do Banco para 92,24%. Em dezembro de 2020 foi realizada a transformação da sociedade DT Participações Ltda. em sociedade por ações, passando a denominar DT Participações S.A.

BLU Participações – Em março de 2021, foi realizada alteração contratual da BLU Participações Ltda., onde o Banco aliena 8.250 quotas de capital reduzindo assim sua participação para 84,75%. Em janeiro de 2021, foi realizada alteração contratual da BLU Participações Ltda., onde o Banco adquire 150.000 quotas de capital aumentando assim sua participação para 88,84%. Em setembro de 2020, foi realizada alteração contratual da BLU Participações Ltda., deliberando o aumento de capital social para R\$ 2.136 subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, também o Banco cede e transfere quotas alterando sua participação para 81,82%. Em julho de 2021, a sociedade foi alterada de "Sociedade Limitada" para "Sociedade Anônima de Capital Fechado" passando a denominar-se BLU Participações S.A.. Nesta data, foi aprovado o aumento de capital social para R\$ 2.414 representado pela emissão 278 ações ordinárias nominativas. Em agosto de 2021, o sócio Banco BS2 S.A. cedeu e transferiu 1.898 quotas para sua controlada BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

(b) Movimentação dos investimentos – controladas diretas e indiretas

	Resultado da equivalência patrimonial no exercício	Dividendos e JCP	Aumento de capital	Ganhos (Perdas) de capital de liquidez	Aquisição (Alienação) de participações	Remuneração baseada em ações	Saldo em 2021
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	22.757	(436)					21.980
BS2 Tecnologia Ltda.	6.005	(4.513)	69.930			174	71.596
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A.	280	(67)			(213)		280
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	20.764	(7.317)	14.664	18		53	28.182
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	30.284	36.995	(6.028)	(18)			61.233
AD Participações S.A.	2.091	869			(2.960)		280
DT Participações S.A.	3.659	(1.223)	361		149	7	2.953
BLU Participações S.A.	1.335	(357)		(275)	(698)	(5)	21
Butiã Participações S.A.	361	335	(444)		(252)		361
Total	87.536	24.286	(6.813)	(275)	(3.974)	229	185.944

	Resultado da equivalência patrimonial no exercício	Dividendos	Aumento (Redução) de capital	Ganhos (Perdas) de capital de liquidez	Aquisição (Alienação) de quotas/ações	Remuneração baseada em ações	Saldo em 2020
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	22.746	11					22.757
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	413	140	225	(323)	(455)		2021
BS2 Tecnologia Ltda.	5.670	149				186	6.005
BLU Pagamentos e Tecnologia Digital Ltda.	218	(85)					280
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	18.625	(7.902)	9.986	(49)		104	20.764
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	19.102	14.112	(2.930)				30.284
AD Participações S.A.	1.674	481	(114)				2.091
DT Participações S.A.	5.461	(1.821)				19	3.659
BLU Participações Ltda.	1.084	(411)	773	3	(114)		1.335
Butiã Participações S.A.	302	341	(282)				361
Total	75.295	5.015	(3.326)	11.181	(369)	309	87.536

13 Imobilizado

	2021			2020		
	Custo	Depreciação	Residual	Custo	Depreciação	Residual
Imobilizado de uso	37.688	(15.174)	22.514	72.185	(16.126)	56.059
Mobiliário	5.148	(1.699)	3.449	5.257	(1.407)	3.850
Equipamentos de processamento de dados	16.885	(8.335)	8.550	16.874	(5.814)	11.060
Equipamentos de comunicação e de segurança	21	(12)	9	21	(10)	11
Veículos	3.104	(1.095)	2.009	35.385	(6.068)	29.317
Beneficiárias em imóveis de terceiros	12.530	(4.033)	8.497	14.648	(2.827)	11.821

	2021			2020		
	Custo	Depreciação	Residual	Custo	Depreciação	Residual
Imobilizado de uso	109.038	(20.208)	88.830	81.535	(20.446)	61.089
Mobiliário	15.753	(3.255)	12.498	7.096	(1.936)	5.160
Equipamentos de processamento de dados	18.991	(8.376)	10.615	21.479	(9.184)	12.295
Equipamentos de comunicação e de segurança	115	(87)	28	112	(84)	28
Máquinas de cartão	57.171	(2.875)	54.296	1.444	(202)	1.242
Veículos	3.104	(1.095)	2.009	35.385	(6.068)	29.317
Beneficiárias em imóveis de terceiros	13.904	(4.520)	9.384	16.019	(2.972)	13.047

14 Intangível

	2021			2020		
	Custo	Amortização	Residual	Custo	Amortização	Residual
Ativos intangíveis	47.400	(31.225)	16.175	49.289	(22.653)	26.636
Sistemas de processamentos de dados	47.400	(31.225)	16.175	49.289	(22.653)	26.636

	2021			2020		
	Custo	Amortização	Residual	Custo	Amortização	Residual
Ativos intangíveis	161.230	(45.610)	115.620	85.117	(29.472)	55.645
Sistemas de processamentos de dados	160.001	(45.610)	114.391	84.082	(29.472)	54.610
Marcas	13		13	13		13
Ágio na aquisição de sociedades controladas	1.216		1.216	1.022		1.022

15 Depósitos

	2021					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos à vista	846.242					846.242
Depósitos interfinanceiros		9.704	155.367			165.071
Depósitos a prazo		567.446	971.385	955.016	559.460	3.053.307
Outros depósitos	11.799					11.799
Total	858.041	577.150	1.126.752	955.016	559.460	4.076.419
Circulante						2.561.943
Não circulante						1.514.476

	2021					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos à vista	786.092					786.092
Depósitos interfinanceiros		9.704	155.367			165.071
Depósitos a prazo		567.446	971.385	826.953	559.507	2.925.291
Outros depósitos	29.697					29.697
Total	815.789	577.150	1.126.752	826.953	559.507	3.906.151
Circulante						2.519.691
Não circulante						1.386.460

	2020					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos à vista	542.126					542.126
Depósitos interfinanceiros		22.049	5.342	146.817		174.208
Depósitos a prazo		311.732	1.886.750	2.005.555	633.089	4.837.126
Outros depósitos	68.475					68.475
Total	610.601	333.781	1.892.092	2.152.372	633.089	5.621.933
Circulante						2.836.474
Não circulante						2.785.461

	2020					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos à vista	413.818					413.818
Depósitos interfinanceiros		22.049	5.342	146.817		174.208
Depósitos a prazo		311.732	1.886.750	2.005.555	633.089	4.837.126
Outros depósitos	68.475					68.475
Total	398.824	333.781	1.892.092	2.021.900	633.089	4.210.601
Circulante						1.555.612
Não circulante						2.654.989

16 Recursos de aceites e emissão de títulos

	2021					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Residual	
Letras de crédito imobiliário	19.219	85.943	8.032	114.194	114.194	114.194
Letras financeiras	107					107
Total	19.219	87.050	8.032	114.194	114.194	114.301
Circulante						106.269
Não circulante						8.032

	2020					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Residual	
Letras de crédito imobiliário	31.852	14.083	90	46.025	91.566	137.591
Letras financeiras	107					107
Total	31.852	105.548	191	137.400	137.400	137.698
Circulante						137.400
Não circulante						191

17 Dívidas e letras financeiras subordinadas
(a) Dívidas subordinadas

Referem-se à emissão de títulos no mercado internacional "Subordinated Notes", em 03 de novembro de 2010 no montante de US\$ 125.000, com prazo de 10 anos, amortização no final e pagamento de juros semestrais à taxa de 9,25% ao ano. A aprovação correspondente à US\$ 120.000 dessa emissão como dívida subordinada, foi homologado pelo BACEN e passou a compor o Patrimônio de Referência - Nível II a partir de 10 de fevereiro de 2011, em conformidade com a Resolução CMN 3.444/07 e normas complementares. A dívida subordinada foi liquidada em novembro de 2020 no seu vencimento pelo montante de R\$ 339.760.

(b) Letras financeiras subordinadas

Taxa anual	Emissão	Vencimento	2021	2020
100% IPCA + 6,47%	abril de 2019	abril de 2024		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021 - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Receitas de prestação de serviços

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre 2021	2020	2º Semestre 2021	2020
Rendas por serviços de pagamento (i)	82	189	56.520	96.552
Rendas de cobrança	54.529	199.512	247.560	421.696
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento (ii)	6.730	13.804	634	1.172
Rendas de administração de fundos de investimentos	6.730	13.804	8.598	17.433
Diversas	6.730	13.804	634	1.172
Total	61.341	213.305	313.394	537.042

(i) Rendas provenientes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito.
(ii) Rendas provenientes de aquisições realizada pelo Banco e Consolidado de créditos dos seus estabelecimentos credenciados nas operações da adquirencia, cuja diferença entre o valor da agenda desses estabelecimentos junto às bandeiras de cartões de crédito e o valor de aquisição é apropriada como receita.

27 Despesa de pessoal

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre 2021	2020	2º Semestre 2021	2020
Honorários	(7.275)	(12.697)	(7.469)	(11.507)
Benefícios	(4.685)	(8.865)	(8.224)	(13.361)
Encargos Sociais	(7.723)	(14.429)	(11.988)	(14.224)
Proventos	(19.892)	(37.689)	(33.252)	(39.031)
Treinamento	(209)	(595)	(853)	(219)
Estatuários	(236)	(501)	(470)	(418)
Total	(40.921)	(74.776)	(62.299)	(141.623)

28 Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre 2021	2020	2º Semestre 2021	2020
Aluguel	(4.143)	(8.177)	(8.281)	(4.530)
Comunicação	(4.812)	(4.812)	(4.013)	(5.015)
Manutenção e conservação de bens	(370)	(737)	(804)	(489)
Processamento de dados	(40.173)	(77.119)	(74.724)	(68.225)
Promoções e relações públicas	(200)	(753)	(1.738)	(1.408)
Propaganda e publicidade	(6.717)	(11.686)	(17.920)	(7.201)
Prestação de serviços	(90.661)	(169.554)	(125.134)	(82.217)
Transportes	(1.283)	(2.909)	(5.949)	(2.970)
Vagagens	(619)	(654)	(1.527)	(753)
Depreciação e amortização	(6.521)	(14.561)	(21.646)	(13.189)
Outros	(3.161)	(6.459)	(7.545)	(6.275)
Total	(156.465)	(297.711)	(281.279)	(191.894)

29 Despesas tributárias

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre 2021	2020	2º Semestre 2021	2020
Despesas tributárias	(4.971)	(8.995)	(9.596)	(15.011)
ISSQN	(1.310)	(2.266)	(1.303)	(3.306)
Cofins	(8.279)	(15.593)	(28.326)	(46.661)
PIS	(1.345)	(2.534)	(2.011)	(5.708)
Total	(15.905)	(29.388)	(47.536)	(76.620)

30 Outras receitas e despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre 2021	2020	2º Semestre 2021	2020
Receitas com antecipação de recebíveis	57.863	57.863	22.798	57.863
Recuperação de despesas de prováveis operacionais (i)	4.701	28.997	4.354	2.458
Variações monetárias e cambiais	2.383	4.729	4.354	4.984
Ajuste a valor de mercado da captação externa		4.130		4.130
Rebate de contratos cedidos		56		56
Resultado de operações com outros direitos creditórios	115	5.011	784	5.091
Receitas com operações de seguros			279	400
Diversos	2.059	3.857	4.687	2.108
Total de outras receitas operacionais	67.121	100.513	37.209	72.498
Despesas de prováveis operacionais (i)	(3.313)	(10.191)	(7.169)	(14.047)
Variações monetárias e cambiais	(17)	(63)	(17)	(63)
Ajuste a valor de mercado da captação externa		(2.653)		(2.653)
Despesas de intervenções de regressos de recursos		(2.642)		(2.642)
Despesas com serviços associados a transações de pagamento		(6)	(769)	(1.188)
Intermediação de antecipação de recebíveis (i)	(353)	(44.224)	(53.948)	(53)
Perdas com processos trabalhistas	(10.724)	(555)	(1.747)	(355)
Perdas com operações de seguros		(13.966)	(14.244)	(15.599)
Diversos		(10.191)	(1.305)	(1.775)
Total de outras despesas operacionais	(15.337)	(72.004)	(85.208)	(65.870)

(i) "Recuperação/Despesas de prováveis operacionais" referem-se, substancialmente, a provisão de contingências civis e trabalhistas, provisão para fianças e bens não de uso. Em 31 de dezembro de 2021, o valor R\$ 16.985 refere-se a reversão de provisão de tarifas, conforme nota 35(e).
(ii) "Intermediação de antecipação de recebíveis" refere-se a despesas de intermediação de operações de antecipação de recebíveis vinculadas a operações de adquirencia.

31 Imposto de renda e contribuição social

	Banco		Consolidado	
	2º semestre 2021	2020	2º semestre 2021	2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro	9.600	9.600	22.798	57.863
Adições (exclusões) líquidas:	(9.600)	(9.600)	4.354	2.458
Equivalência patrimonial	(5.484)	(5.484)	(24.286)	(5.015)
Participações no resultado	(5.378)	(5.378)	(8.055)	(8.055)
Outras, líquidas	4.197	2.021	5.301	665
Base de cálculo	(16.265)	(18.441)	(4.898)	(64.811)
Alíquota Efetiva	2.439	3.587	733	1.510
Alíquota Adicional	1.627	1.489	2.422	6.478
Imposto de renda e contribuição social	4.066	3.687	1.210	16.195

	Banco		Consolidado	
	2º semestre 2021	2020	2º semestre 2021	2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro	9.607	9.607	63.019	56.326
Adições (exclusões) líquidas:	(279)	(279)	(535)	(422)
Equivalência patrimonial	(9.151)	(9.151)	(14.576)	(3.579)
Participações no resultado	(16.568)	(16.568)	(16.568)	(9.838)
Lei 11.196/2005 (Lei do Bem)	(4.274)	(5.318)	(957)	924
Outras, líquidas	(20.665)	(21.709)	(30.383)	(62.083)
Base de cálculo	(3.600)	(3.600)	(10.600)	(61.667)
Alíquota Efetiva	2.201	2.201	711	7.088
Alíquota Adicional	917	1.060	1.060	1.64
Tributação pelo Lucro Presumido	(874)	(326)	(1.005)	(146)
Imposto de renda e contribuição social	5.604	4.575	(6.931)	17.706

32 Partes relacionadas

(a) **Transações com partes relacionadas**
As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.
Os principais saldos e operações são demonstrados abaixo:

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Operações de Crédito	347.088	455	13.197	782
Adiq. - Soluções de Pagamento S.A. (i)			54	221
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)				
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)	4.371	455	7.636	495
Pessoal chave da Administração (iii)	284		295	
Outras partes relacionadas (iv)	342.433		5.266	
Depósitos à vista	(88.670)	(23.772)	(216.863)	(12)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	(12)		(12)	
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)	(51)		(158)	
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (ii)	(19)		(17)	
Adiq. - Soluções de Pagamento S.A. (i)	(50.450)		(211.054)	
Adiq. - Soluções de Pagamento S.A. (i)	(6.515)		(490)	
Adiq. - Soluções de Pagamento S.A. (i)	(14)		(7)	
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)	(3.022)		(23)	
BLU Instituição de Pagamento e Tecnologia Digital S.A. (ii)			(2)	
AD Participações S.A. (ii)	(11)		(3)	
DT Participações S.A. (ii)	(1)		(1)	
BLU Participações S.A. (ii)	(11)		(5)	
BS2P Participações Ltda. (iv)	(2)		(2)	
BS2 Participações Ltda. (ii)			(3)	
Pessoal chave da Administração (iii)	(1.549)		(1.555)	
Outras partes relacionadas (iv)	(3.254)		(3.519)	
Captações no mercado aberto	(170.055)	(12.587)	(1.275.042)	(7.692)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)		(626)	(12.045)	(552)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)	(22.378)		(866)	(23)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (ii)	(920)		(938)	
Adiq. - Soluções de Pagamento S.A. (i)	(125.407)		(1.195.341)	(7.008)
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)		(1.086)	(1.761)	(74)
BLU Instituição de Pagamento e Tecnologia Digital S.A. (ii)		(46)	(1.525)	(35)
AD Participações S.A. (ii)	(8)		(32)	
DT Participações S.A. (ii)	(17)		(3)	
BLU Participações S.A. (ii)	(11)		(30)	
BS2P Participações Ltda. (iv)	(3)		(7)	
Pessoal chave da Administração (iii)	(10.199)		(7.453)	
Outras partes relacionadas (iv)	(11.112)		(55.976)	
Outros créditos (Outras obrigações) / Receitas (Despesas) operacionais	(360)	(34.414)	(746)	(91.775)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)	73		37	(3.734)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (ii)	(12)		(19)	(12)
Adiq. - Soluções de Pagamento S.A. (i)	(430)		(776)	(58.812)
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)	9		11	(29.217)
BS2 Tecnologia e Processamento Ltda (ii)			(1)	

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos (Passivos)	347.088	455	13.197	782
Receitas (Despesas)	455	455	13.197	782
Ativos (Passivos)	347.088	455	13.197	782
Receitas (Despesas)	455	455	13.197	782

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre 2021	2020	2º Semestre 2021	2020
Honorário	(5.063)	(9.119)	(7.469)	(12.500)
Participação nos lucros e resultados	(2.212)	(3.578)	(4.520)	(8.271)
Encargos sociais	(1.134)	(1.991)	(1.894)	(4.436)
Total	(8.409)	(14.688)	(9.363)	(23.939)

O Grupo possui programa de remuneração de longo prazo que contempla opções de compras de ações para pessoal chave da Administração e alguns empregados, conforme divulgado na nota 20 (d).
Conforme legislação vigente à partir de 1º de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem conceder operações de créditos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, conforme detalhado na nota 32 (a).

33 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III) - Resolução CMN nº 4.193/13
A partir de 1º de outubro de 2013, passou a vigorar no Brasil o arcabouço regulatório recomendado pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, que trata da nova estrutura de capital de instituições financeiras para Basileia III. Para o cálculo do Patrimônio de Referência (PR), foi divulgada a Resolução CMN nº 4.192/13, que define a metodologia de apuração e a Resolução CMN nº 4.193/13, que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal para Basileia III.
Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Descrição	2021		2020	
	Valor	Resultado	Valor	Resultado
(+) Patrimônio de Referência - Nível I	381.133	381.133	381.133	381.133
(+) Capital Social (a)	568.875	568.875	568.875	568.875
(+) Capital Social e Reservas	568.875	568.875	568.875	568.875
(+) Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros	669.115	669.115	669.115	669.115
(+) Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	69.992	69.992	16.485	16.485
(-) Deduções do capital - ajustes a valor de mercado de TVM	(16.878)	(16.878)	(16.878)	(16.878)
(-) Deduções do capital - Ajustes Prudenciais	(783)	(783)	(783)	(783)
(-) Outras Deduções do capital	152.579	152.579	152.579	152.579
(+) Patrimônio de Referência - Nível II	129.158	129.158	129.158	129.158
(-) Instrumentos Elegíveis para compor nível II (a)	(136.687)	(136.687)	(136.687)	(136.687)
(-) Deduções do Nível II	4.105	4.105	7.183	7.183
(+) Patrimônio de Referência Total	401.499	401.499	401.499	401.499

Alocação de Capital por Risco
Risco de Crédito (RWAcpd) 3.731.254
Risco de Mercado (RWAcm + RWAcam + RWAcas + RWAcum) 314.200
Risco Operacional (RWAcpo) 430.587
Ativos Ponderados por Risco (RWA) 5.364.413
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA 538.083
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBA 391.794
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido 152.412
Margem sobre o Patrimônio de Referência com RBA 62.751
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido 249.011
Margem sobre o Capital Principal Requerido 137.591
Margem Adicional de Capital 137.591

Índice de Basileia - PR 13,08% **14,11%**
Índice do Nível I 10,60% **8,51%**
Índice do Capital Principal 10,60% **8,51%**
Índice de Imobilização 26,42% **18,27%**

Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.192/13 para Instrumentos Elegíveis ao Nível II em dezembro de 2020 foi considerado o somatório dos saldos de Letras Financeiras Autorizadas a compor o Nível II, após a aplicação dos redutores de 0%, 40% e 80%. Já em dezembro de 2021, foi considerado a aplicação dos redutores de 20%, 40% e 60% de acordo com o vencimento dos papéis.

Considerando os valores apurados em 31 de dezembro de 2021, registrou-se um coeficiente de Basileia III (adequação ao Patrimônio de Referência Exigido) de 13,08% (11,41% em 2020), que se encontra em conformidade com o preconizado pelo BACEN, uma vez que o mínimo requerido em dezembro de 2021 é de 10,0% (Índice Basileia 8% + ACP 2,0%) de acordo com a Resolução CMN nº 4.193/13. Para os Índices de Nível I e Capital Principal o indicador ficou em 10,6% (8,51% em 31/12/2020), ambos acima do mínimo exigido pela autoridade reguladora (8% e 4,5%).
Cabe destacar que o Patrimônio de Referência Total apurado no período foi de R\$ 701.457 (R\$ 510.496 em 2020) contra um Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA de R\$ 429.153 (R\$ 358.083 em 2020) e Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBA de R\$ 446.268 (R\$ 391.794 em 2020), o que implica em uma margem sobre o Patrimônio de Referência considerando RBAW de R\$ 147.901 (R\$ 62.751 em 2020).
Desta forma, a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021 - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Impactos da pandemia decorrente do COVID-19 (Coronavírus)

Diante do cenário de pandemia do COVID-19 (Coronavírus), o BS2 vem pensando em todos e tomando medidas e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia tanto quanto possível.

O BS2 criou um comitê de crise exclusivamente para debater esse tema, com a participação de toda a diretoria, onde são realizadas reuniões periódicas. O comitê de crise é chefiado pela diretoria de finanças e riscos onde são definidas metas e ações adotadas no período de crise e as estratégias para manutenção das operações essenciais.

Foram tomadas diversas medidas visando proteger a saúde dos colaboradores, tais como, a adoção do regime de trabalho *home office*, cancelamento de eventos e reuniões presenciais, adaptação da sede disponibilizando álcool em gel e orientações periódicas sobre como agir neste momento.

(e) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Banco					
	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Resultado recorrente
	2021	2020	2021	2020	2020
Receitas da intermediação financeira	404.956	404.956	450.400	450.400	450.400
Despesas da intermediação financeira	(321.748)	(321.748)	(295.020)	(295.020)	(295.020)
Resultado da Intermediação Financeira	83.208	83.208	155.380	155.380	155.380
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	(2.829)	(2.829)	(5.038)	(5.038)	(5.038)
Resultado bruto da intermediação financeira	80.379	80.379	150.342	150.342	150.342
Outras receitas (despesas) operacionais (i)	18.985	(104.968)	(224.701)	(224.701)	(224.701)
Resultado operacional	(43.574)	18.985	(74.359)	(74.359)	(74.359)
Outras receitas e despesas (ii)	551	46.190	2.418	11.510	13.928
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(43.023)	65.175	(71.941)	11.510	(60.431)
Imposto de renda e contribuição social	32.061	(29.329)	34.185	(5.180)	29.005
Participações no resultado	(8.055)	(8.055)			
Resultado líquido dos exercícios	(19.017)	35.846	(37.757)	6.331	(31.426)

Consolidado					
	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Resultado recorrente
	2021	2020	2021	2020	2020
Receitas da intermediação financeira	247.407	247.407	444.923	444.923	444.923
Despesas da intermediação financeira	(285.872)	(285.872)	(287.683)	(287.683)	(287.683)
Resultado da Intermediação Financeira	(38.465)	(38.465)	157.240	157.240	157.240
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	(2.829)	(2.829)	(5.038)	(5.038)	(5.038)
Resultado bruto da intermediação financeira	(41.294)	(41.294)	152.202	152.202	152.202
Outras receitas (despesas) operacionais (i)	40.484	18.985	59.469	(220.931)	(220.931)
Resultado operacional	(106)	18.985	(68.729)	(68.729)	(68.729)
Outras receitas e despesas (ii)	(1.346)	46.190	893	11.510	12.403
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(2.156)	65.175	(67.836)	11.510	(56.326)
Imposto de renda e contribuição social	21.952	(29.329)	37.197	(5.180)	32.017
Participações no resultado	(14.576)	(14.576)	(3.579)	(3.579)	(3.579)
Resultado líquido dos exercícios	5.220	35.846	(34.219)	6.331	(27.888)

(i) Reversão de provisão formada para atender eventuais despesas com o ressarcimento de tarifas, em tese indevidas, cobradas de clientes quando o Banco operava no segmento de operações de crédito consignado, reconhecido como outras receitas operacionais no valor antes de tributos de R\$ 18.985 no Banco e no Consolidado, com impacto líquido de tributos de R\$ 10.442.

(ii) No exercício de 2021 refere-se a lucro na alienação das aeronaves no valor antes de impostos de R\$ 23.828 no Banco e no Consolidado, com impacto líquido de tributos de R\$ 13.105 e

lucro na venda de todos os direitos sobre software para processamento de operações com cartões de crédito e de débito no valor antes de tributos de R\$ 22.362 no Banco e Consolidado, com impacto líquido de tributos de R\$ 12.299. No exercício de 2020 refere-se a lucro na alienação de imóvel no valor antes de impostos de R\$ 11.510 no Banco e no Consolidado, com impacto líquido de tributos de R\$ 6.331.

(f) Eventos subsequentes

Em janeiro de 2022 o Banco BS2 S.A. adquiriu de sua controlada, BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., 599.988 quotas de capital equivalentes a 99,998% do capital social da BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda., 368.750 ações ordinárias nominativas equivalentes a 13,27% do capital social da BLU Instituição de Pagamento e Tecnologia Digital S.A., 1.810.422 ações ordinárias nominativas equivalentes a 74,99% do capital social da BLU Participações S.A. e 160.080 ações ordinárias nominativas equivalentes a 24% do capital social da Butiá Participações S.A. e da sua controlada BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. 40.020 ações ordinárias nominativas equivalentes a 6% do capital social da Butiá Participações S.A. e de terceiros 693.483 ações ordinárias nominativas equivalentes a 7,56% do capital social da DT Participações S.A.

DIRETORIA

Marcos Antônio Vaz de Magalhães - Diretor Presidente
 Renata Braga Pentagna Guimarães Martini - Diretora Vice-Presidente de Governança e Gestão
 Rodrigo Braga Pentagna Guimarães - Diretor Vice-Presidente Comercial
 Juliana Braga Pentagna Guimarães - Diretora Vice-Presidente de Desenvolvimento Corporativo
 Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior - Diretor Executivo
 Ziro Murata Junior - Diretor Executivo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcos Grodetsky - Presidente
 Paulo Henrique Pentagna Guimarães - Vice-Presidente
 Gabriel Pentagna Guimarães - Conselheiro
 João Claudio Pentagna Guimarães - Conselheiro
 André Pentagna Guimarães Salazar - Conselheiro
 Marcos Antônio Vaz de Magalhães - Conselheiro
 Simão Hamermesz Neumark - Conselheiro

COMITÊ DE AUDITORIA

Gabriel Pentagna Guimarães - Presidente do Comitê
 Antônio de Pádua Soares Pelicarpó - Membro Especialista
 Marcos Grodetsky - Membro do Comitê

CONTROLADORIA

José Luiz de Souza Leite - Contador - CRC-MG 48.029/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
 Banco BS2 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BS2 S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BS2 S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

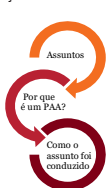
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BS2 S.A. e do Banco BS2 S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco BS2 S.A. e do Banco BS2 S.A. e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Notas explicativas 3(g) e 8).</p> <p>A mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito considera as determinações do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) no 2.682/99. No cumprimento dessa norma a administração do Banco exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para mensuração do valor de liquidação das garantias e definição do risco de crédito das contrapartes das operações de crédito.</p> <p>O uso de julgamentos e premissas de forma incorreta ou a aplicação indevida da regulamentação vigente poderia resultar em estimativa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito consideravelmente diferentes.</p> <p>Considerando a relevância da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, bem como o exposto anteriormente, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, consideraram a atualização do entendimento dos controles internos e processos aplicados no cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, bem como realizamos testes sobre: i) integridade da base de dados de operações de crédito; ii) confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos; iii) aprovação e acompanhamento das operações renegociadas; iv) aderência das principais premissas adotadas pela administração para mensuração da provisão com as normas do Banco Central do Brasil; v) aplicação das normas internas de classificação de risco das contrapartes, bem como da aprovação dos correspondentes níveis de risco estabelecidos; vi) cálculo do valor da provisão; vii) conciliação dos valores calculados e os valores contabilizados; e viii) elaboração das notas explicativas.</p> <p>Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela administração são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras.</p>
<p>Reconhecimento do crédito tributário (Notas explicativas 3(i) e 11)</p> <p>O crédito fiscal proveniente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais é registrado à medida que a administração considera que o Banco e suas controladas apresentarão lucro tributável futuro para sua realização. A projeção de lucro tributável, base para o registro do crédito tributário, é fundamentada em estudo aprovado pela administração do Banco, nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução nº 4.842/20 e posteriores alterações, e inclui diversas premissas de natureza subjetiva definidas pela administração.</p> <p>Considerando o exposto acima, o estudo para projeção de lucro tributável, base para o reconhecimento e manutenção do crédito tributário, se mantém como uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, consideraram entre outros, a atualização do entendimento dos procedimentos relevantes realizados pela administração para a elaboração do estudo de projeção de lucro tributável, bem como o registro e manutenção do crédito tributário de acordo com os requisitos específicos do Banco Central do Brasil.</p> <p>Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributável aprovado pelos órgãos de governança da administração e obtivemos entendimento quanto às premissas críticas incluídas nas projeções de resultados. Adicionalmente, confrontamos os resultados históricos projetados com os resultados realizados.</p> <p>Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.</p>
<p>Mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios com pouca liquidez e sem mercado ativo (Notas explicativas 3 (g) e 8(a))</p> <p>A mensuração do valor de realização de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo envolve nível de julgamento e foi mantida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que dependem da avaliação que considera a utilização de premissas e julgamento da administração. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por títulos de dívidas (precatórios) emitidas pela União, estados e municípios.</p> <p>O uso de distintas técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor de realização significativamente diferentes. Adicionalmente, a previsão relacionada ao fluxo de recebimento desses instrumentos envolve julgamentos da administração que podem sofrer alterações por conta da capacidade de pagamento da União, estados e municípios.</p> <p>Considerando a relevância da mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios, bem como o exposto anteriormente, esse assunto permanece uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados a mensuração, registro e divulgação.</p> <p>Adicionalmente, realizamos testes quanto a valorização de determinadas operações, que considerou: i) reunião com os especialistas da administração para entendimento das principais premissas e metodologias adotadas; ii) análise de consistência entre projeções efetuadas em anos anteriores com os efetivamente realizados (backtesting); e iii) análise da razoabilidade das premissas e metodologia utilizadas para mensuração.</p> <p>Consideramos que os critérios e as premissas adotadas na mensuração do valor de realização dos títulos vinculados a direitos creditórios são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras no seu conjunto.</p>

<p>Ambiente de tecnologia de informação</p> <p>O processamento das transações do Banco e suas controladas, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.</p> <p>Os riscos inerentes à tecnologia e sistemas de informação e dos respectivos controles que suportam a tecnologia, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações, assim como, paradas operacionais e risco de continuidade do negócio.</p> <p>Dessa forma, continuamos a considerar o ambiente de tecnologia da informação uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos nosso entendimento e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados à acesso lógico, de segregação de funções, gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, processamento de rotinas batch, segurança de acessos a programas e banco de dados e segurança física do centro de processamento de dados.</p> <p>Testamos os principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os principais controles compensatórios, relacionados às aplicações nos processos de negócio relevantes do Banco.</p> <p>Como resultado desses procedimentos de auditoria e considerando que os processos e controle do ambiente de tecnologia, adicionados a controles compensatórios e testes realizados, proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.</p>
--	--

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas da auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 30 de março de 2022.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
 Contador CRC 1SP171564/O-1

